



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2023

Processo Administrativo n. 23/2023

Dispensa de Licitação n. 14/2023

Pelo Presente instrumento de contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Celso Tozzo, n. 27, inscrito no CNPJ sob o n. 95.990.198/0001-04, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Clodoaldo Briancini, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a Empresa **JOÃO PEDRO BRATKOWSKI KOSSMANN**: CNPJ: 32.861.846/0001-02, estabelecida na Rua João Batista Zeca, Passo dos Fortes, Chapecó/SC, CEP:89.805-580, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei n. 8.666, de 1993, demais legislações pertinentes, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL PARA ESTRUTURA METÁLICA DA EDIFICAÇÃO TOMBADA DO MOINHO SÃO DOMINGOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.**”, de acordo com o Termo de Referência, e demais documentos do Processo Licitatório Dispensa 14/2023.

1.1. Fazem parte deste Contrato as normas vigentes, soberanamente, instruções e ordens de serviço e, mediante termo aditivo, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante sua vigência decorrentes das alterações permitidas em lei.

1.2. O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO CONTRATUAL

2.1. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, pelo período de 03 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O Município pagará pelo Objeto contratado, o valor de R\$ 12.169,00 (Doze mil cento e sessenta e nove reais).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO

4.1. Não haverá reajuste e atualização dos valores.



CLÁUSULA QUINTA - DO REGIME LEGAL DA CONTRATAÇÃO, DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

5.1. O objeto do presente contrato será realizado sob Forma/Regime: Direta.

5.2. As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

(Projeto Atividade 2.200 – Elemento 3.3.90 - Despesa 54), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado, até o decimo dia útil do mês subsequente, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente recebida e aceita pela Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento.

6.2. O pagamento fica atribuído a completa execução da contratação, com entrega do projeto de acordo com o solicitado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar os pagamentos no prazo estabelecido;
- b) Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito ou verbalmente, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Caberá a CONTRATADA:

8.1.1 Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;

8.1.2 Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;

8.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;

8.1.4 Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;

8.1.5 Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;

Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;

8.1.6 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93;

8.1.7 A contratada deverá elaborar o projeto estrutural, de acordo com as normas vigentes e conforme instruções da secretaria solicitante, conforme segue:

- Reunião com a equipe de engenharia e arquitetura do município, para entender o programa de necessidades;



- Estudo preliminar da situação existente e das desconformidades a serem ajustadas;
- Levantamento das cargas incidentes sobre a estrutura;
- Dimensionamento da estrutura necessária para sustentar e edificação existente e a ampliação, conforme projeto arquitetônico fornecido pelo município;
- Detalhamento da estrutura;
- Elaboração de projeto executivo;
- Fornecimento de planilha com os quantitativos a ser licitados em conformidade com as especificações contidas nas tabelas SINAPI, SICRO, DEINFRA ou similar;
- Realização de reunião com a equipe do município, para apresentação do projeto e discussão das soluções adotadas;
- Elaboração das melhorias ou alterações solicitadas pela equipe do município;

OBSERVAÇÕES:

O Projeto Estrutural deverá ser elaborado em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT pertinentes ao tema.

Os projetos deverão atender todas as normas técnicas vigentes e atualizadas, ressaltando-se as seguintes:

- NBR 6118 – Projeto de Estruturas de Concreto Armado
- NBR 14931 – Execução de Estruturas de Concreto
- NBR 6122 – Projeto e Execução de Fundações
- NBR 9062 – 12/2001- Projeto e Execução de Estruturas de Concreto Armado Pré-moldado
- NBR 7190 – Projeto de Estruturas de Madeira
- NBR 7197 - Projeto de Estruturas de Concreto Protendido
- NBR 8800 – Projeto de Estruturas de Aço de Edifícios
- NBR 6120 – Cargas para o cálculo de estruturas de edificações
- NBR 6123 – Forças devido ao vento em edificações
- NBR 8681 – Ações e Segurança nas Estruturas
- NBR14859 – Lajes pré-fabricadas unidirecionais e bidirecionais
- NBR10067 – Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico
- NBR 8036 – Programação de Sondagens de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios.
- Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais, municipais e distritais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA.

8.1.8 Ao final do serviço, deverá ser entregue ao município projeto impresso em 03 vias, bem como em meio digital, como pdf, dwg e versão compatível com as plataformas BIM.

8.1.9 A secretaria solicitante fará uma análise do projeto entregue, se acaso necessário, será solicitado correção, sendo que esta deverá ser efetuada sem custos ao erário.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

9.1. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e parafiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correrão única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

9.2. A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre o CONTRATANTE e o empregado envolvido, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO

10.1. A empresa terá o prazo de 15 dias corridos para a entrega do projeto, após a assinatura do contrato.

10.2. Este Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.3. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SECRETARIA COMPETENTE PARA FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Valdemar Martins – engenheiro civil, matrícula nº 13465/02, ou Mireli Pezzini Rocha – engenheira civil, matrícula nº 13431/02 que atuarão como representantes institucionais, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. Pelo descumprimento do ajuste a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes penalidades, conforme o caso:

- a) Multa de 10% (dez por cento) pela recusa em retirar Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido ou retirar com atraso, sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução parcial do contrato a qual incidirá sobre o valor da nota de empenho;

- c) Multa de 30% (trinta por cento) por inexecução total do contrato, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho.
- d) Multa de 20% (vinte por cento) por problemas técnicos relacionados com o objeto da presente locação, a qual incidirá sobre o valor da Nota de Empenho;
- e) Multa de 20% (vinte por cento) por rescisão do contrato decorrente de inadimplência da CONTRATADA, a qual incidirá sobre o valor do saldo do contrato na ocasião;
- f) Todas as demais sanções previstas no Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93.

12.2. As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme dispõe o § 2º, do art. 87 da Lei Federal 8.666/93.

12.3. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de intimação da empresa apenada. A critério do CONTRATANTE e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a CONTRATADA tenha a receber. Não havendo pagamento, o valor correspondente às multas será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

13.2. O contrato, também, poderá ser rescindido pela simples manifestação de vontade das partes, desde que haja comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13.3. Em ambos os casos, a Contratada fará jus a remuneração pelos serviços realizados e não pagos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes contratantes elegem, para solução judicial de qualquer questão oriunda da presente contratação, o foro da Comarca de Chapecó/SC., renunciando-se, aqui, todos os outros, por mais privilegiados que sejam.

E, por estarem, assim, justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de único teor e validade, para um só efeito legal.

Cordilheira Alta/SC, 27 de fevereiro de 2023.

CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito Municipal

JOÃO PEDRO BRATKOWSKI KOSSMANN
CNPJ: 32.861.846/0001-02,

Testemunhas:

Angelita Gabriel
***.893.109-**

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**

Fiscal de Contrato:

Valdemar Martins – engenheiro civil, matrícula nº 13465/02

Mireli Pezzini Rocha – engenheira civil, matrícula nº 13431/02